

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
16.800 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E SUBORDINADAS DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE ITÁ ENERGÉTICA S.A.

Pelo presente instrumento, ITÁ ENERGÉTICA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra 986, 12º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.355.994/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"), BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile 100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.657.248/0001-89, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de responsável pelo pagamento do Preço de Exercício do Direito de Venda (conforme definidos na Cláusula 3.17 abaixo), nos termos da Cláusula 3.17 abaixo ("BNDES"), e como Agente Fiduciário, doravante assim denominado, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular de Emissão de 16.800 Debêntures Não Conversíveis e Subordinadas da Primeira Emissão de Itá Energética S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

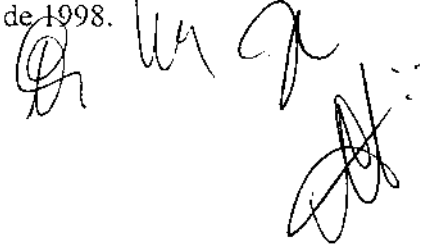
- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 27 de setembro de 2000, rerratificada pela assembléia geral dos acionistas da Emissora realizada em 26 de dezembro de 2000 e pela reunião do conselho de administração realizada em 6 de março de 2001.
- 1.2 As assembléias gerais extraordinárias dos acionistas da Emissora delegaram ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após a declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento.

II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas das assembléias gerais extraordinárias e da reunião do conselho de administração.* As atas das assembléias gerais extraordinárias e da reunião do conselho de administração que deliberaram e rerratificaram a emissão das Debêntures deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de S. Paulo";
- II. *registro da Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão deverá ter sido registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo;
- III. *constituição e registro da Obrigação Adicional (conforme definido abaixo).* A Obrigação Adicional deverá ter sido constituída e registrada nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- V. *registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário no SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ter sido registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.



III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

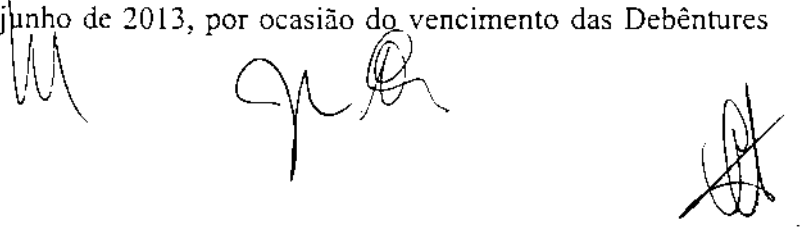
- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social contratar a implantação e explorar a Usina Hidrelétrica Itá, em regime de consórcio, conforme "Contrato de Concessão n.º 003/95 para Geração de Energia Elétrica", datado de 28 de dezembro de 1995, alterado pelo Termo Aditivo n.º 1, datado de 31 de julho de 2000, e alterações posteriores ("Contrato de Concessão"), observadas as disposições do contrato de constituição de consórcio para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Itá e a legislação aplicável.
- 3.2 *Número da emissão.* A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão.* O valor total da presente emissão é de R\$168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal") na Data de Emissão.
- 3.5 *Quantidade.* Serão emitidas 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Debêntures.
- 3.6 *Séries.* As Debêntures serão emitidas em 2 (duas) séries, sendo cada série composta de 8.400 (oito mil e quatrocentas) Debêntures. A Emissora não poderá colocar a segunda série antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.7 *Conversibilidade e forma.* As Debêntures não serão conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ("Bradesco" ou "Instituição Depositária"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.
- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada.
- 3.8.1 *Obrigação adicional ("Obrigação Adicional").* Nos termos do contrato de compartilhamento de garantias e seus aditamentos e/ou rerratificações entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES, o Bradesco, o Banco Itaú S.A. ("Itaú"), o Banco Safra S.A. ("Safra"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

("Unibanco", e conjuntamente com Bradesco, Itaú, Safra e Votorantim. "Agentes Financeiros"), que será parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"), e em garantia do pagamento integral e tempestivo de todos os valores devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ao BNDES nos termos dos contratos de financiamento mediante abertura de crédito entre a Emissora e o BNDES e seus eventuais aditamentos e/ou rerratificações ("Contrato de Empréstimo do BNDES"), e aos Agentes Financeiros nos termos do contrato de empréstimo entre a Emissora e os Agentes Financeiros ("Contrato de Empréstimo dos Agentes Financeiros"), serão compartilhados entre os debenturistas, o BNDES e os Agentes Financeiros (i) o penhor dos direitos creditórios de titularidade da Emissora (a) decorrentes dos dois contratos de compra e venda de energia elétrica entre a Emissora e a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – Gerasul ("Gerasul"), do contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Emissora e a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e do contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Emissora e a Companhia de Cimento Itambé ("Itambé") (em conjunto, "Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica"); e (b) contra o banco depositário dos recursos decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica depositados em conta centralizadora ("Banco Depositário"), nos termos e condições do contrato de penhor de direitos creditórios entre a Emissora, o Agente Fiduciário (representando os debenturistas), o BNDES, os Agentes Financeiros, a Gerasul, a CSN, a Itambé e o Banco Depositário ("Contrato de Penhor de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Compartilhamento de Garantias, "Contratos de Garantia"); e (ii) os recursos que o BNDES vier a receber em decorrência de sinistros cobertos por seguros que, por força dos contratos firmados entre a Emissora e o BNDES, contenham cláusula especial em favor do BNDES, quando estes recursos, a critério do BNDES, não forem aplicados na manutenção da UHE Itá.

3.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do coordenador desta emissão de Debêntures ("Coordenador") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

3.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

- 3.11 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2000, para as 2 (duas) séries ("Data de Emissão").
- 3.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures da primeira série será de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2013. O prazo das Debêntures da segunda série será de 150 (cento e cinquenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2013.
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures de cada série serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro da respectiva série pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures de cada série será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 3.14 *Amortização programada do principal.* As Debêntures da primeira série serão amortizadas anualmente, em parcelas iguais, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série. As Debêntures da segunda série serão amortizadas anualmente, em parcelas iguais, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2004 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.



Amortização das Debêntures da Primeira Série		Amortização das Debêntures da Segunda Série	
Data	Valor (R\$) por Debênture	Data	Valor (R\$) por Debênture
01/12/2004	1.000,00	01/06/2004	1.000,00
01/12/2005	1.000,00	01/06/2005	1.000,00
01/12/2006	1.000,00	01/06/2006	1.000,00
01/12/2007	1.000,00	01/06/2007	1.000,00
01/12/2008	1.000,00	01/06/2008	1.000,00
01/12/2009	1.000,00	01/06/2009	1.000,00
01/12/2010	1.000,00	01/06/2010	1.000,00
01/12/2011	1.000,00	01/06/2011	1.000,00
01/12/2012	1.000,00	01/06/2012	1.000,00
01/12/2013	1.000,00	01/06/2013	1.000,00

3.15 *Remuneração.* As Debêntures farão jus à remuneração prevista nesta Cláusula 3.15 ("Remuneração").

3.15.1 *Atualização monetária.* As Debêntures terão seu Valor Nominal atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços para o Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), (i) a partir da Data de Emissão até a data do primeiro pagamento da atualização monetária nos termos desta Cláusula; e (ii) anualmente após o primeiro pagamento da atualização monetária nos termos desta Cláusula, de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da primeira série farão jus ao pagamento da atualização monetária no 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série. As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento da atualização monetária no 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2002 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D_1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D_2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{D_n}} \right\}$$

Onde:

"VNa" é o Valor Nominal atualizado;

"VNe" é o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso;

"IGPMn" é a variação do IGPM na forma percentual, relativo ao mês "n";

[Handwritten signatures and initials]

"dn" é o número de dias corridos do 1º (primeiro) dia do mês de atualização até a data de atualização; e

"Dn" é o número de dias do mês "n" corrente.

O IGPM deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Caso o IGPM não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, o último IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas.

Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGPM superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGPM ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, caberá ao Agente Fiduciário convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para definir, de comum acordo com a Emissora, um parâmetro a ser aplicado que reflita, da melhor forma, o critério utilizado para a apuração do IGPM. Caso debenturistas representando 2/3 (dois terços) de todas as Debêntures em circulação, reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim, não aprovelem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro e/ou até o momento em que a Emissora e os debenturistas definirem um novo parâmetro, fica desde já acordado que será utilizada taxa equivalente à média aritmética do IGPM divulgado nos últimos 6 (seis) meses para a atualização do Valor Nominal, calculado *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro ou até o vencimento das Debêntures, caso não haja acordo, não cabendo porém quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas.

3.15.2 *Juros remuneratórios.* Às Debêntures da primeira série serão conferidos juros remuneratórios de (i) observado o disposto na Cláusula 3.15.2.1 abaixo, até 12,9% (doze inteiros e nove décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma da Cláusula 3.15.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Emissão até o dia 1º de dezembro de 2003, de acordo com a fórmula abaixo; e (ii) 9,4% (nove inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma da Cláusula 3.15.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir do dia 1º de dezembro de 2003 até a data de vencimento das Debêntures da primeira série,

de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da primeira série farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios no 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série.

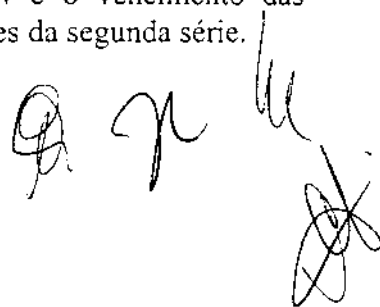
Às Debêntures da segunda série serão conferidos juros remuneratórios de (i) observado o disposto na Cláusula 3.15.2.1 abaixo, até 12,9% (doze inteiros e nove décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma da Cláusula 3.15.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Emissão até o dia 1º de junho de 2004, de acordo com a fórmula abaixo; e (ii) 9,4% (nove inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma da Cláusula 3.15.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir do dia 1º de junho de 2004 até a data de vencimento das Debêntures da segunda série, de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios no 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2002 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.

- I. Período compreendido entre a Data de Emissão e o dia 1º de dezembro de 2003, para as Debêntures da primeira série, e entre a Data de Emissão e o dia 1º de junho de 2004, para as Debêntures da segunda série.

$$J = Vna \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{T}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

- II. Período compreendido entre o dia 1º de dezembro de 2003 e o vencimento das Debêntures da primeira série, para as Debêntures da primeira série, e o dia 1º de junho de 2004 e o vencimento das Debêntures da segunda série, para as Debêntures da segunda série.

$$J = Vna \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{9,4}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$



Onde:

"J" é o valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

"VNa" é o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma da Cláusula 3.15.1 acima;

"n" é o número de dias corridos do respectivo Período de Capitalização; e

"T" é a Taxa de Juros Final expressa em % ao ano, definida em processo de *bookbuilding*, de acordo com a Cláusula 3.15.2.1 abaixo e o Anexo I a esta Escritura de Emissão.

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento dos juros remuneratórios da respectiva série (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento dos juros remuneratórios da respectiva série (exclusive), sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.15.2.1 *Processo de bookbuilding*. Para definição da Taxa de Juros Final, conforme definido no Anexo I a esta Escritura de Emissão, será adotado o procedimento de *bookbuilding* na distribuição das Debêntures, a ser organizado pelo Coordenador de acordo com os procedimentos previstos no Anexo I a esta Escritura de Emissão. Ao final deste processo, o conselho de administração da Emissora ratificará em reunião a Taxa de Juros Final da Remuneração das Debêntures da primeira e segunda séries, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados nas assembléias gerais extraordinárias a que se refere a Cláusula 1.1 acima, devendo a presente Escritura de Emissão ser objeto de aditamento para que dela conste a Taxa de Juros Final.

3.16 *Repactuação*. Não haverá repactuação.

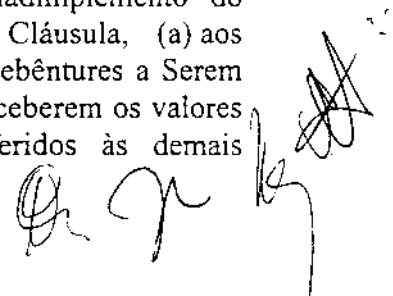
3.17 *Direito de venda*. O BNDES obriga-se a adquirir, (i) no segundo dia útil do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, no dia 2 de dezembro de 2003 ("Data de Exercício da Primeira Série"), a totalidade das Debêntures da primeira série em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures da primeira série de que são titulares ("Direito de Venda da Primeira Série"); e (ii) no segundo dia útil do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, no dia 2 de junho de 2004 ("Data de Exercício da Segunda Série" e conjuntamente com a Data de Exercício da

Primeira Série, "Data de Exercício"), a totalidade das Debêntures da segunda série em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures da segunda série de que são titulares ("Direito de Venda da Segunda Série" e conjuntamente com o Direito de Venda da Primeira Série, "Direito de Venda"), de acordo com os seguintes termos e condições:

- I. os debenturistas que desejarem exercer o Direito de Venda terão entre 120 (cento e vinte) dias (inclusive) e 91 (noventa e um) dias (inclusive) anteriores à Data de Exercício de cada série para manifestar, através do SND ou da Instituição Depositária, caso as Debêntures não estejam depositadas no SND, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures da respectiva série sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda ("Debêntures a Serem Exercidas");
- II. decorrido o prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere o inciso I acima, o exercício do Direito de Venda pelo debenturista será irrevogável e irretratável;
- III. o Direito de Venda de cada série não se aplica (a) às Debêntures de outra série; (b) às Debêntures que não foram indicadas pelo debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere o inciso I acima; (c) às Debêntures de titularidade da Emissora em cada Data de Exercício; e (d) em caso de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.25 abaixo;
- IV. fica desde já certo e ajustado que as Debêntures a Serem Exercidas de cada série ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND ou da Instituição Depositária, desde a manifestação do debenturista a que se refere o inciso I acima até a respectiva Data de Exercício;
- V. no 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo a que se refere o inciso I acima, o Agente Fiduciário solicitará (a) relativamente às Debêntures a Serem Exercidas depositadas no SND, a identificação dos debenturistas às instituições participantes do SND por meio das quais tais debenturistas exerceram o Direito de Venda; e (b) relativamente às Debêntures a Serem Exercidas depositadas na Instituição Depositária, a identificação dos debenturistas que exerceram o Direito de Venda e, caso verifique a hipótese prevista na alínea (c) do inciso III acima, determinará à instituição participante do SND à qual a Emissora esteja vinculada ou à Instituição Depositária, conforme o caso, o desfazimento do exercício do Direito de Venda sobre todas as Debêntures a Serem Exercidas de que for titular,

observado, relativamente às Debêntures a Serem Exercidas depositadas no SND, o Regulamento de Operações do SND;

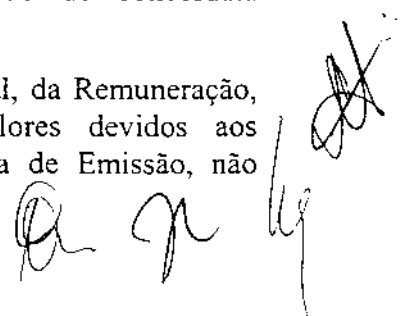
- VI. em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data a que se refere o inciso V acima, a Emissora informará ao Agente Fiduciário e ao BNDES a quantidade de Debêntures a Serem Exercidas, sendo que a aquisição das Debêntures a Serem Exercidas pelo BNDES nos termos desta Cláusula será efetuada pelo saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração (inclusive) até a respectiva Data de Exercício (exclusive) ("Preço de Exercício"). No dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Exercício, a Emissora enviará ao SND e à Instituição Depositária documento informando o Preço de Exercício, que deverá conter a aprovação do Agente Fiduciário e do BNDES;
- VII. na respectiva Data de Exercício, o SND ou a Instituição Depositária, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures a Serem Exercidas, por meio de transferência das Debêntures a Serem Exercidas da conta de custódia do debenturista (sendo que, no caso do SND, a conta poderá ser a da instituição participante a que tal debenturista estiver vinculado) para a conta de custódia do BNDES, com o respectivo pagamento, pelo BNDES ao debenturista, do Preço de Exercício, observado, relativamente às Debêntures a Serem Exercidas depositadas no SND, o Regulamento de Operações do SND. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere este inciso será considerada quitação do pagamento do Preço de Exercício pelo BNDES aos debenturistas; e
- VIII. a responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício aos debenturistas que exerceram o Direito de Venda é única e exclusiva do BNDES, não havendo qualquer responsabilidade ou solidariedade por parte da Emissora relativamente às obrigações do BNDES nos termos desta Cláusula, e o descumprimento, pelo BNDES, das obrigações a que se refere esta Cláusula não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, cabendo ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 6.5.2 abaixo, promover as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos valores devidos pelo BNDES aos debenturistas em decorrência do disposto nesta Cláusula. Não obstante disposto neste inciso, ocorrendo o inadimplemento do BNDES de suas obrigações previstas nesta Cláusula, (a) aos debenturistas que continuarem titulares das suas Debêntures a Serem Exercidas, ser-lhe-ão assegurados, enquanto não receberem os valores devidos pelo BNDES, todos os direitos conferidos às demais



Debêntures, inclusive no que se refere à Remuneração, que será aquela prevista no item (ii) da Cláusula 3.15.2 acima para a primeira e segunda séries das Debêntures, conforme o caso, sendo os valores devidos pelo BNDES aos titulares das Debêntures a Serem Exercidas, quando pagos, calculados pelo Preço de Exercício (calculado *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração antes da respectiva Data de Exercício até a data do seu efetivo pagamento), descontados os valores eventualmente pagos pela Emissora às Debêntures a Serem Exercidas (assim como às demais Debêntures) nos termos desta Escritura de Emissão; e (b) aos debenturistas que não continuarem titulares das suas Debêntures a Serem Exercidas, terão estes direitos de crédito contra o BNDES, que, quando pagos, serão calculados pelo Preço de Exercício (calculado *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração antes da respectiva Data de Exercício até a data do seu efetivo pagamento).

- 3.18 *Resgate antecipado facultativo.* Nas datas de pagamento da Remuneração, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de resgate nos termos da Cláusula 3.24 abaixo. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 3.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 3.20 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas pela Emissora, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 3.21 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 3.22 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na Instituição Depositária para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- 3.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.
- 3.24 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal "O Estado de S. Paulo" e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures.
- 3.25 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.25.1 e 3.25.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.25.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. decretação de falência da Emissora ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
 - II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não

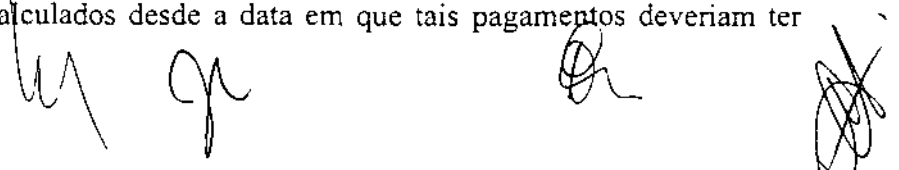


sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;

- III. falta de cumprimento, pela Emissora, das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, não sanadas em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- IV. vencimento antecipado das dívidas da Emissora nos termos do Contrato de Empréstimo do BNDES e do Contrato de Empréstimo dos Agentes Financeiros, declarado em decorrência de inadimplemento da Emissora em tais contratos; e
- V. extinção ou perda, pela Emissora, da concessão do direito de exploração do potencial hidráulico do segmento do Rio Uruguai localizado nos Municípios de Itá, Estado de Santa Catarina, e de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada nos termos do Contrato de Concessão.

3.25.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos no inciso I da Cláusula 3.25 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos II a V da Cláusula 3.25 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.25.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 3.25 acima, dos encargos moratórios, calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ou, caso já tenham sido efetuados pagamentos de Remuneração, a partir da data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 10.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.25 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.



IV

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados na liquidação de aproximadamente 70% (setenta por cento) do saldo devedor da Emissora para com o BNDES decorrente do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 99.2.431.3.1", celebrado em 21 de setembro de 1999, sendo eventual saldo após a liquidação de tal contrato, utilizado na obra e como capital de giro.

V

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social;
- (b) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 60 (sessenta) dias do término do respectivo semestre;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (d) informações sobre qualquer descumprimento, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Empréstimo do BNDES, do Contrato de Empréstimo dos Agentes Financeiros e do Contrato de Concessão, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do descumprimento;
- (e) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias a contar da referida solicitação;

- (g) avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma afetem direta e significativamente (i) a capacidade financeira da Emissora de liquidar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) as Debêntures, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da data em que forem realizados; e
 - (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
 - III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual a avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País;
 - IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
 - V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 6.2.6 abaixo;
 - VI. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
 - VII. manter seguros os bens de seu imobilizado operacional em companhias seguradoras de primeira linha; e
 - VIII. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

VI

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

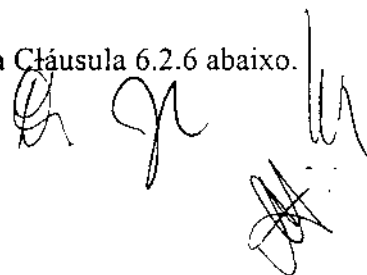
6.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando:

- I. sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983; e
- V. estar a Obrigação Adicional constituída, e ser suficiente e exequível de acordo com os termos e condições dos Contratos de Garantia.

6.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

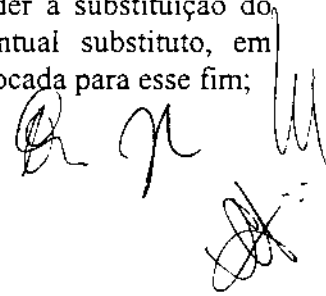
6.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga em parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da expedição do registro de emissão das Debêntures pela CVM e as demais, no mesmo dia e mês dos anos subseqüentes, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora ou de inadimplências dos Contratos de Garantia.

6.2.1 A remuneração não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 6.2.6 abaixo.



- 6.2.2 Na hipótese desta Escritura de Emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações ao Agente Fiduciário, a remuneração será revista de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.
- 6.2.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração anual recebida e aquela a que fez jus.
- 6.2.4 As parcelas da remuneração anual do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pelo IGPM, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão.
- 6.2.5 A remuneração será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.2.6 A Emissora obriga-se a efetuar o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que não tenham sido saldas na forma desta Cláusula será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão em lei e regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
 - IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas, exceto nos casos previstos na Cláusula 6.5.2 abaixo; e
 - V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

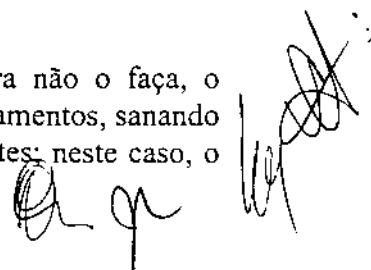
- 6.2.7 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, limitados em qualquer hipótese a 10% (dez por cento) do valor da causa, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 6.2.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 6.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:
- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
 - II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;



- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XXI da Cláusula 6.4 abaixo; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

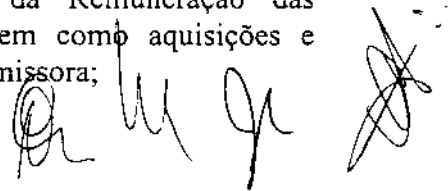
6.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços, com exceção do disposto na Cláusula 6.2.5 abaixo; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o

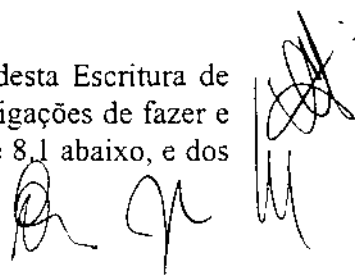


oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Obrigação Adicional, observando a manutenção de sua exequibilidade;
- XI. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIV. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (d) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas na Cláusula 5.1 acima, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. colocar o relatório de que trata o inciso XV acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures; e
 - (f) no BNDES;
- XVII. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- XIX. coordenar, em casos de resgate antecipado parcial das Debêntures nos termos da Cláusula 3.18 acima, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, especialmente as Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, e dos



Contratos de Garantia, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e

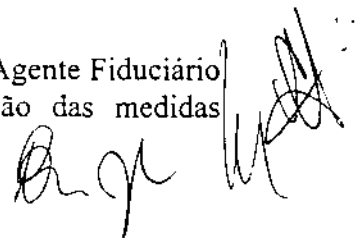
XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (c) à Emissora; e
- (d) ao BNDES.

6.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, especialmente as Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, a Obrigação Adicional, aplicando o produto na amortização ou, se possível, liquidação dos valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

6.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas



contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 6.5 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação dos debenturistas titulares da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 6.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação.

- 6.5.2 No caso de inadimplemento do BNDES de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário convocar imediatamente assembleia de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da respectiva Data de Exercício, para que sejam definidas, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos debenturistas atingidos pelo inadimplemento do BNDES, as medidas a serem tomadas pelo Agente Fiduciário para proteger direitos ou defender interesses de tais debenturistas, incluindo a propositura de medidas judiciais e/ou extrajudiciais em face do BNDES, observado o disposto no inciso VIII da Cláusula 3.17 acima. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas previstas nesta Cláusula se, na referida assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas atingidos pelo inadimplemento do BNDES.

VII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 7.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 7.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 7.3 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 7.4 A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número;
- 7.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais

deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

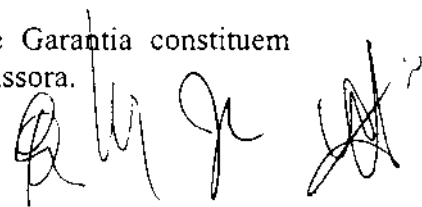
- 7.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 7.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VIII

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. nesta data, os termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora; e
- V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigações exeqüíveis, válidas e eficazes da Emissora.



- 8.1.1 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

IX

DAS DESPESAS

- 9.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e as assembleias gerais extraordinárias dos acionistas da Emissora que deliberaram sobre esta emissão de Debêntures.

X

DAS NOTIFICAÇÕES

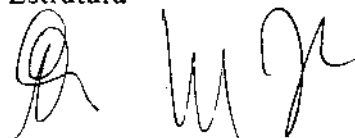
- 10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

ITÁ ENERGÉTICA S.A.
Rua Bela Cintra 986, 12º andar
01415-906 São Paulo, SP
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 255 5800
Fac-símile: (11) 231 4310

II. para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Av. República do Chile 100
20139-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor da Área de Projetos de Infra-Estrutura
Telefone: (21) 277 7452/7748
Fac-símile: (21) 220 1527



III. para o Agente Fiduciário:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Paulista 2439, 11º andar

01311-300 São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico

Telefone: (11) 3061 9444

Fac-símile: (11) 3061 0964

- 10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

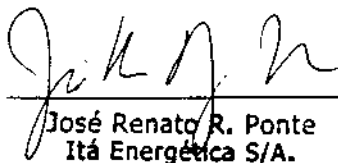
XI

DO FORO

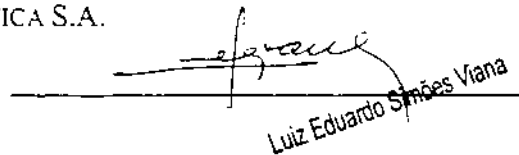
- 11.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

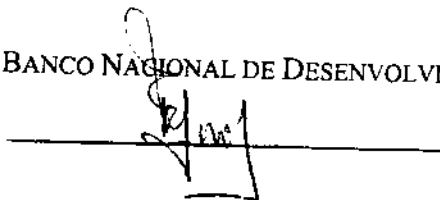
São Paulo, 7 de março de 2001


José Renato R. Ponte
Itá Energética S/A.

ITÁ ENERGÉTICA S.A.


Luiz Eduardo Simões Viana

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES




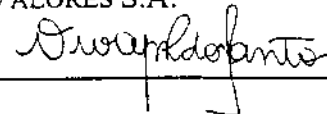

Arnaldo Azeiteiro
Diretor






PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

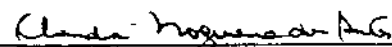




Testemunhas:



Nome: ERINA NERI M. DE ALMEIDA
Id.: RG 8.325.042-6 SSP/SP



Nome: CARLOS ROGERIO DE ALMEIDA
Id.: 15.222.555-5 SSP-SP

